



## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2011

### CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,  
Submetemos, para apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

A Itapebi em 2011 registrou resultado operacional de R\$ 194,6 milhões, sendo 2,8% superior ao registrado em 2010. O aumento da receita bruta e a diminuição da despesa financeira favoreceram o lucro líquido de 2011 que foi de R\$ 149,0 milhões, melhor em 5,1% se comparado com o de 2010. Em 2011 a Itapebi registrou índice de disponibilidade de 95,9% frente 94,9% em 2010 e sua geração efetiva foi de 1.361 GWh, superior a geração efetiva de 2010 que foi de 1.050 GWh. A UHE Itapebi corresponde a 29% da capacidade instalada de geração de energia elétrica do Grupo Neoenergia.

A Itapebi reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do país, ao tempo que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, diretos e indiretos, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

**Marco Geovanne Tobias da Silva**  
Presidente do Conselho de Administração

### HISTÓRICO

A Usina Hidrelétrica (UHE) Itapebi está localizada no Rio Jequitinhonha, na divisa dos estados de Minas Gerais e Bahia, e gera energia elétrica através de três unidades geradoras com capacidade nominal de 150 MW cada uma, totalizando uma capacidade instalada de 450 MW, e possui energia assegurada de 1.721.340 MWh, tendo sua operação iniciada em fevereiro de 2003. A partir de 20 de julho de 2006, a energia assegurada passou para 1.877.268 MWh, devido a entrada em operação da UHE-Itapá, conforme Despacho nº 1.758/06 da ANEEL.

### MERCADO DE ENERGIA

#### • FORNECIMENTO DE ENERGIA

A Companhia possui contrato de compra e venda mercantil de energia elétrica até o exercício de 2017 com a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, para o fornecimento de volumes anuais de energia de 1.721.340 MWh. Mediante Despacho nº 1.758 de 03/08/2006 da ANEEL, foi aprovada a comercialização do incremento de 155.928 MWh/ano, a partir de 2 de julho de 2007, passando o volume anual para 1.877.268 MWh.

### INVESTIMENTOS

#### • PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D

Em 2011 foram investidos R\$ 2,68 milhões em desenvolvimentos de 13 Projetos de P&D relativos aos ciclos anteriores.

Neste ano foi realizado o 2º Seminário de P&D na Usina de Itapebi com intuito de apresentar o avanço de cada projeto, promover a interação entre as entidades de pesquisa bem como promover a interação interna com os colaboradores.

Foi dado prosseguimento ao processo de prospecção de novos projetos, tendo sido contratados, ao final do ano, mais 4 novos projetos, que serão desenvolvidos a partir de 2012. Conforme estabelece a Resolução Normativa da ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008, as informações sobre os programas de pesquisa e desenvolvimento da empresa estarão disponíveis a partir de março de 2012, no portal eletrônico www.itapebi.com.br.

### DESEMPENHO OPERACIONAL

#### • GERAÇÃO DE ENERGIA - OPERAÇÃO

Em 2011 foi gerado o montante de 1.360.798 MWh (em 2010, 1.050.658 MWh e em 2009 1.588.290 MWh), o qual representou 72,5% da energia assegurada.

O fator de carga médio da Usina foi de 34,52%, produzindo 155,34 MW médios.

O índice de disponibilidade acumulada da Usina em 2011 foi de 95,92% e o índice de confiabilidade acumulado foi de 99,81%.

A diferença entre a energia assegurada e a energia gerada é coberta pelo mecanismo de realocação de energia (MRE), em que participam todos os geradores hidráulicos do país, resultando assim na maximização da utilização dos recursos hídricos.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### • INDICADORES EMPRESARIAIS

Indicadores Empresariais	2011	2010	Variação 2011/2010
<b>Indicadores Econômicos</b>			
Receita Operacional Bruta	374.318	303.293	23,4%
Receita Operacional Líquida	353.158	288.225	22,5%
EBITDA	213.264	207.906	2,6%
Resultado do Serviço	194.628	189.307	2,8%
Resultado Financeiro sem Juros Sobre Capital Próprio	(21.114)	(22.181)	(4,8%)
Lucro Líquido	149.002	141.763	5,1%
Margem EBITDA (%)	60,39%	72,13%	(11,7) p.p
Margem Operacional (%)	55,11%	65,68%	(10,6) p.p
Margem Líquida (%)	42,19%	49,18%	(7,0) p.p
<b>Indicadores Financeiros</b>			
Ativo Total	666.505	637.414	4,6%
Dívida Bruta	203.942	204.047	(0,1%)
Patrimônio Líquido	396.096	338.243	17,1%
Investimentos	3.482	1.079	222,7%
Dívida Total Líquida das Disponibilidades e Aplicações em Títulos	88.445	155.530	(43,1%)
Dívida Total Líquida / EBITDA (*)	0,472	0,888	(46,8%)
Dívida Total Líquida / (Dívida Total Líquida + Patrimônio Líquido)	0,183	0,315	(42,0%)
Dívida de Curto Prazo Líquida / Dívida Total Líquida	(0,676)	(0,008)	8730,0%
Patrimônio Líquido / Ativo Total	0,594	0,531	12,0%
(*) EBITDA - Análise dos últimos 12 meses.			

A movimentação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) está detalhada na tabela a seguir:

Conciliação EBITDA	2011	2010	Variação 2011/2010
Lucro líquido	149.002	141.763	5,1%
Despesas financeiras	29.995	41.854	(28,3%)
Receitas financeiras	(8.881)	(19.673)	(54,9%)
Imposto de renda	22.928	23.583	(2,8%)
Amortização / Depreciação	18.636	18.599	0,2%
Amortização de ágio	1.584	1.780	(11,0%)
<b>EBITDA</b>	<b>213.264</b>	<b>207.906</b>	<b>2,6%</b>

### ENDIVIDAMENTO

A Itapebi possui financiamentos contratado com o BNDES, os quais estão sendo amortizados em 114 parcelas mensais e sucessivas com vencimentos finais em 2013. As remunerações são baseadas na TULP mais spread de 4,25% a 4,50% a.a.

Em 2011 a Companhia com o objetivo de alongar a dívida e liberar a Itapebi para futuros investimentos em novos negócios realizou o pré-pagamento total do financiamento com o BNDES. Além dos impactos no perfil de endividamento da Itapebi, o pré-pagamento da dívida com o BNDES libera a empresa das obrigações decorrentes do contrato de financiamento, tais como: limitação à reestruturação societária, limitação à distribuição de lucros, limitação à contratação de novas dívidas, compartilhamento de garantias, covenants financeiros e manutenção de conta reserva.

A Companhia realizou em 2011, o pré-pagamento da 2ª emissão de debêntures da Itapebi com o objetivo de reduzir os custos e aumentar o prazo da dívida da empresa, em linha com a política financeira do Grupo Neoenergia. Adicionalmente concluiu a operação de captação de recursos no mercado nacional por meio da 3ª emissão de debêntures, com prazo de 6 anos sendo 4 anos de carência para amortização do principal, e juros pagos semestralmente com custo de 11% do CDI. Os recursos captados serão destinados ao ajuste do perfil de dívidas da Companhia.

A 3ª Emissão de Debêntures é destinada exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, e observado o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

ATIVO	Ref.	31/12/11	31/12/10	PASSIVO	Ref.	31/12/11	31/12/10
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	115.497	48.517	Fornecedores	14	9.823	8.498
Contas a receber de clientes e outros	5	35.307	24.285	Empréstimos e financiamentos	15	-	38.828
Títulos e Valores Mobiliários	6	7.603	-	Debêntures	16	4.462	52.606
Impostos e Contribuições a recuperar	7	10.647	522	Salários e encargos a pagar	17	1.971	2.122
Despesas pagas antecipadamente		292	415	Taxas regulamentares	18	6.558	4.560
Serviços em curso		3.930	1.252	Impostos e Contribuições a recolher	19	5.110	13.168
Outros ativos circulantes		293	155	Dividendos e Juros sobre capital próprio	20	4.726	20.690
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>173.569</b>	<b>75.146</b>	Provisões	21	11.852	15.918
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Coligadas e controladas		1.964	-
Impostos e Contribuições a recuperar	7	2.013	11.030	Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)		1.501	559
Coligadas e controladas		17.381	15.461	Outros passivos circulantes		39	130
Impostos e contribuições sociais diferidos	10	7.179	9.678	<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>48.006</b>	<b>157.079</b>
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	8	8.126	9.710	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Fundos vinculados	9	-	34.294	Empréstimos e financiamentos	15	-	57.464
Depósitos Judiciais	11	2.533	1.827	Debêntures	16	199.480	55.149
Investimentos		1.583	2.486	Taxas regulamentares	18	4.060	3.570
Imobilizado	12	452.306	475.871	Impostos e contribuições sociais diferidos	10	6.728	9.449
Intangível	13	1.815	1.911	Provisões	21	941	3.644
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>492.936</b>	<b>562.268</b>	Coligadas e controladas		412	297
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>666.505</b>	<b>637.414</b>	Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)		10.749	12.438
				Outros passivos não circulantes		33	81
				<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>222.403</b>	<b>142.092</b>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital Social	22	105.000	105.000
				Reservas de Capital		80.174	80.174
				Reservas de Lucro		123.790	95.659
				Proposta de Distribuição de dividendos adicional		87.132	57.410
				<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>396.096</b>	<b>338.243</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>666.505</b>	<b>637.414</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	Reserva de Capital		Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>105.000</b>	<b>18.182</b>	<b>61.992</b>	<b>47.472</b>	<b>21.000</b>	<b>672</b>	<b>300.383</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	141.763	141.763
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	(46.065)
<b>Destinações:</b>							
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	27.187	(27.187)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(15.219)	-	(15.219)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(42.619)	-	(42.619)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(57.410)	57.410	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>105.000</b>	<b>18.182</b>	<b>61.992</b>	<b>74.659</b>	<b>21.000</b>	<b>57.410</b>	<b>338.243</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	149.002	149.002
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	(57.410)
<b>Destinações:</b>							
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	28.131	(28.131)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(20.165)	-	(20.165)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(13.574)	-	(13.574)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(87.132)	87.132	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>105.000</b>	<b>18.182</b>	<b>61.992</b>	<b>102.790</b>	<b>21.000</b>	<b>87.132</b>	<b>396.096</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	31/12/11		31/12/10		31/12/11	31/12/10
	(1511)	Reclassificado	(1511)	Reclassificado		
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL</b>						
Lucro Líquido do Período (Antes dos Impostos)	173.514	167.126	149.002	141.763	173.514	167.126
Depreciação e amortização	18.639	18.600	18.636	18.599	18.639	18.600
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	25.068	34.435	29.995	41.854	25.068	34.435
Outras receitas e despesas financeiras líquidas	(6.777)	288	(8.881)	19.673	(6.777)	288
Valor residual do ativo intangível/mobilizado baixado	903	(27)	903	(27)	903	(27)
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	1.304	231	1.584	1.079	1.304	231
<b>2011</b>	<b>218.751</b>	<b>220.653</b>	<b>189.307</b>	<b>207.906</b>	<b>218.751</b>	<b>220.653</b>
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>						
Contas a receber de clientes e outros	(11.022)	(66)	(11.022)	(66)	(11.022)	(66)
Impostos e contribuições sociais a recuperar	(1.477)	(9.197)	(1.477)	(9.197)	(1.477)	(9.197)
Fundos Vinculados	34.294	(2.657)	34.294	(2.657)	34.294	(2.657)
Depósitos judiciais	(706)	(51)	(706)	(51)	(706)	(51)
Despesas pagas antecipadamente	123	(12)	123	(12)	123	(12)
Coligadas e Controladas	(1.920)	(5.588)	(1.920)	(5.588)	(1.920)	(5.588)
Outros Ativos	(2.816)	(1.014)	(2.816)	(1.014)	(2.816)	(1.014)
<b>2011</b>	<b>17.806</b>	<b>(18.585)</b>	<b>17.806</b>	<b>(18.585)</b>	<b>17.806</b>	<b>(18.585)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>						
Fornecedores	1.325	(1.777)	1.325	(1.777)	1.325	(1.777)
Salários e encargos a pagar	(151)	801	(151)	801	(151)	801
Taxas regulamentares	2.488	1.093	2.488	1.093	2.488	1.093
Impostos e contribuições sociais a recolher	(31.352)	(22.634)	(31.352)	(22.634)	(31.352)	(22.634)
Coligadas e Controladas	2.079	295	2.079	295	2.079	295
Outras passivos	(889)	1.079	(889)	1.079	(889)	1.079
<b>2011</b>	<b>(26.500)</b>	<b>(21.143)</b>	<b>(26.500)</b>	<b>(21.143)</b>	<b>(26.500)</b>	<b>(21.143)</b>
<b>CAIXA ORIUENDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>210.057</b>	<b>180.925</b>	<b>210.057</b>	<b>180.925</b>	<b>210.057</b>	<b>180.925</b>
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>						
Captação de Debêntures	200.000	-	200.000	-	200.000	-
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(99.318)	(97.875)	(99.318)	(97.875)	(99.318)	(97.875)
Amortização do principal de debêntures	(128.272)	-	(128.272)	-	(128.272)	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(104.225)	(111.006)	(104.225)	(111.006)	(104.225)	(111.006)



...Continuação

## BALANÇOS SOCIAIS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 1 - BASE DE CÁLCULO

	2011 R\$ mil	2010 R\$ mil
Receita Líquida (RL)	353.158	288.225
Resultado Operacional (RO)	153.345	152.232
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	8.996	6.023
Valor Adicionado Total (VAT)	234.019	229.328

### 2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (1)

R\$ mil	FPB	% sobre RL	VAT
Alimentação	499	5,55	0,14
Encargos sociais compulsórios	567	6,30	0,16
Previdência privada	901	10,02	0,26
Saúde	718	7,99	0,20
Segurança e saúde no trabalho	19	0,21	0,01
Educação	6	0,07	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	598	6,65	0,17
Cheques ou auxílio-croche	30	0,34	0,01
Transporte	320	3,56	0,09
Participação nos lucros ou resultados	514	5,71	0,15
Outros	309	3,44	0,09
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>4.482</b>	<b>49,82</b>	<b>1,27</b>

### 3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

R\$ mil	RO	RL	VAT
Cultura	504	0,33	0,14
Lei Audiovisual	504	0,33	0,14
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	2.678	1,75	0,76
Outros	13	0,01	-
<b>Total das Contribuições para a Sociedade</b>	<b>3.195</b>	<b>2,08</b>	<b>0,90</b>
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	42.135	27,48	11,93
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>45.330</b>	<b>29,56</b>	<b>12,84</b>

### 4 - INDICADORES AMBIENTAIS

R\$ mil	RO	RL	VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa	515	0,34	0,15
Sistema de Gestão Ambiental	-	-	-
<b>Total dos investimentos relacionados com a operação da empresa</b>	<b>515</b>	<b>0,34</b>	<b>0,15</b>
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>515</b>	<b>0,34</b>	<b>0,15</b>

Passivos e contingências ambientais. Quanto ao estabelecimento de meta anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:

(x) Não possui metas,  
( ) Cumpre de 0 a 50%,  
( ) Cumpre de 51 a 75%,  
( ) Cumpre de 76 a 100%

### 5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

	2011	2010
Nº de empregados(as) ao final do período	57	53
Nº de admissões durante o período	31	17
Nº de desligamentos durante o período	18	16
Nº de empregados(as) terceirizados (1)	-	32
Nº de estagiários(as) (1)	13	-
Nº de empregados acima de 45 anos	6	9
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:		
de 18 a 35 anos	34	28
de 36 a 60 anos	22	24
acima de 60 anos	1	1
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:		
com ensino médio	4	8
com ensino técnico	3	-
com ensino superior	33	27
pós-graduados	17	18
Nº de empregados por sexo:		
homens	30	32
mulheres	27	21
% de cargos de chefia por sexo:		
homens	44%	67%
mulheres	56%	33%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	-	5
Remuneração bruta segregada por:		
empregados	5.088	5.028
administradores	438	415

### 6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL

	2011	2010
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	( ) todos(as) e gerências
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	(X) não se envolve	( ) segue as normas da OIT e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(X) não se envolve	( ) apoia incentiva
Observações:		
(1) - Os valores que compõem os indicadores sociais internos abrangem os colaboradores e os administradores. Não possuímos os valores de terceirizados e autônomos.		
(2) - O aumento do número de reclamações e críticas de consumidores se deu em função da implantação de um novo sistema comercial - SAP/CCS.		
(3) - A diferença no valor dispendido para o Programa de Eficiência Energética da Coelba no ano de 2010 em relação a 2009 foi devido ao incremento no projeto de doação de geladeiras.		
Contingências e passivos trabalhistas:		
Número de processos trabalhistas:		
movidos contra a entidade	15	4
juulgados procedentes	4	-
juulgados improcedentes	2	1
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça (3)	397	-
<b>Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)</b>	<b>Em 2011: 234.019</b>	<b>Em 2010: 229.328</b>
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	18,55% governo	3,87% colaboradores(a)
	17,54% governo	2,78% colaboradores(a)
	52,00% acionistas	13,48% terceiros
	12,10% reserva	0% retido
	12,05% reserva	0% retido
	SUDENE	SUDENE

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

### 1 - Informações Gerais

A Companhia foi constituída através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 21 de janeiro de 1999, com a denominação social de ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. ("ITAPEBI"). A ITAPEBI é uma empresa do Grupo Neoenergia, detentora da concessão federal para construir e explorar a Usina Hidrelétrica de Itapebi, com investimentos na ordem de R\$ 550 milhões tendo firmado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público, em 28 de maio de 1999, para exploração da referida área. A Companhia iniciou as operações por intermédio do acionamento de sua 1ª turbina, no mês de fevereiro de 2003. No mês seguinte entrou em operação a 2ª turbina. Desde junho de 2003, com o acionamento da 3ª turbina, a Companhia passou a operar com o total de sua capacidade instalada, que é de 450 MW. A potência assegurada do aproveitamento hidrelétrico até então era de 419 MW correspondente à energia assegurada de 1.721.340 MW/ano. Em maio de 2006, a ANEEL emitiu Parecer Técnico, nº 363/2006, concluindo favoravelmente pela emissão de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 37/1999 ANEEL - AHE ITAPEBI, visando estender o volume da capacidade assegurada de 1.721.340 MW/ano para 1.877.268 MW/ano. Desde julho de 2006, com a entrada em operação do Aproveitamento Hidroelétrico - AHE Irapé, a Companhia passou a fornecer o volume anual de energia no montante de 155.928 MWh para a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA. A Companhia possui assegurado através de contratos de compra e venda mercantil de energia elétrica, os fornecimentos de volumes anuais de energia de 1.721.340 MWh até o exercício de 2017, e 155.928 MWh até o exercício de 2016 para a COELBA.

Geração	Capacidade Instalada (MW)*	Data da Concessão	Data do Vencimento
ITAPEBI	419	28/5/1999	27/5/2034

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 23 de janeiro de 2012.

### 2 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

#### 2.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para contingência, mensuração do uso de bem público e realização de impostos e contribuições sociais diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

#### 2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

#### 2.3 - Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida útil do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

#### 2.4 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal Sudene), calculada com base no lucro da exploração (vide nota explicativa nº 22). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

#### 2.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

### 2.6 - Instrumentos financeiros

#### a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outras contas a receber.

#### a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

#### • Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

#### • Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

#### a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

#### b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

#### b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

#### • Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### • Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

#### b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

#### 2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

#### 2.8 Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

#### 2.9 Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

#### 2.10 - Investimentos

Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

### 2.11 - Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

#### 2.12 - Intangível

Compreende o direito de uso do bem público, faixas de serviços permanentes e software de manutenção de sistema.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

#### 2.13 - Taxas regulamentares

a) Programas de Eficientização Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

#### b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidem sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

#### c) Uso de Bem Público

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica o qual é registrado pelo valor das retribuições ao poder concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada a valor presente a taxa implícita do projeto.

d) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida.

#### 2.14 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

#### 2.15 - Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

#### 2.16 - Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

#### 2.17 - Questões ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais consubstanciadas nas provisões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os "



#### 4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/11	31/12/10
Caixa e depósitos bancários à vista	218	504
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	499
Fundos de investimento	115.279	47.514
<b>Total</b>	<b>115.497</b>	<b>48.517</b>

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas lastreadas em títulos do tesouro, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a taxas que variam de 90% a 106%.

#### 5 Contas a Receber de Clientes e Outros

	Saldos Vincendos	31/12/11	Total	31/12/10
Sector Privado	35.307	35.307	-	24.285
<b>Total</b>	<b>35.307</b>	<b>35.307</b>	<b>24.285</b>	<b>24.285</b>
Circulante	-	35.307	-	24.285

Refere-se substancialmente ao fornecimento de energia elétrica para a COELBA.

O contrato bilateral de compra e venda de energia com a COELBA possui vigência até 15 de abril de 2017, e estabelece o fornecimento anual de energia de 1.721.340 MWh/h. A atualização dá-se pela variação da IGP-M, adicionado a juros de 1% a.m. e multa de 2%.

De acordo com o contrato de compra e venda de energia do PPA - AHE Itapá, a Companhia possui assegurado o fornecimento de volumes anuais de energia de 155.928 MWh, junto a COELBA, com vigência até 31 de outubro de 2016. A atualização dá-se pela variação da IGP-M.

Refere-se também ao contrato de sazonalização com a NC ENERGIA no qual deve fornecer um montante de 661.693 MWh. O contrato possui vigência até 31 de dezembro de 2011.

#### 6 Títulos e Valores Mobiliários

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indicador	31/12/11	31/12/10
Disponíveis para venda					
Banco do Brasil	Fundo BB Polo	(*)	CDI	7.603	-
<b>Total</b>				<b>7.603</b>	<b>-</b>
Circulante				7.603	-

(\*) Diversos vencimentos

Corresponde ao fundo BB Polo, que não possuem condição de resgate antecipado.

#### 7 Impostos e Contribuições a Recuperar

	Ref.	31/12/11	31/12/10
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda - IR	(a)	1.110	512
Contribuição Social - CSLL	(a)	2	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	35	7
Programa de Integração Social - PIS	(c)	9.493	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (c)	-	3	-
Outros	-	4	3
<b>Total</b>		<b>10.647</b>	<b>522</b>

**Não Circulante**

Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	2.013	1.996
Programa de Integração Social - PIS	(c)	-	1.372
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (c)	-	-	7.662
<b>Total</b>		<b>2.013</b>	<b>11.030</b>
<b>Total</b>		<b>12.660</b>	<b>11.552</b>

O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) antecipado corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) Corresponde principalmente ao ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

(c) O PIS e COFINS a recuperar:

Alargamento da Base de Cálculo - A Companhia impetrou Mandado de Segurança com pedido de Liminar, em 21 de julho de 2004, em curso no Tribunal Regional Federal - 1ª Região, arguido a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. A matéria foi julgada pelo STF resultando na declaração de inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo. Exaurida a fase recursal sem êxito para o Erário Federal, a Companhia, com base na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que a recuperação desses tributos é praticamente certa, e, observando as exigências da Deliberação CVM nº 489, que aprovou a NPC 22 do Conselho Federal da Contabilidade, procedeu no mês de setembro de 2010 o registro contábil do indébito tributário, que será compensado com outros tributos federais após homologação da Receita Federal do Brasil.

#### 8 Benefício Fiscal - Ágio Incorporado da Controladora

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da permissão/autorização.

Tendo em vista que o fundamento econômico do ágio foi a aquisição do direito de autorização delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998, a Companhia mantém o registro contábil (líquido da provisão entre o valor do ágio e o benefício fiscal respectivo) no ativo imobilizado.

Em 11 de dezembro de 2006, por meio de reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Extraordinária da ITAPEBI realizada em 27 de dezembro de 2006, foi aprovada a conclusão do processo de reestruturação societária a fim de transferir para a ITAPEBI o benefício fiscal do ágio de R\$ 53.477, pago pela NEOENERGIA S.A. na aquisição das ações da ITAPEBI pertencentes à COELBA, em novembro de 2004.

Para tanto, em reunião do Conselho de Administração da NEOENERGIA S.A. realizada em 10 de novembro de 2006 foi aprovado aumento de capital na sociedade de propósito específico (SPE) Guarani Participações S.A. integralizado por meio da contribuição com as ações e o ágio referente ao investimento da NEOENERGIA S.A. na ITAPEBI, na data-base de 31 de outubro de 2006. O processo foi concluído com a incorporação pela ITAPEBI de sua então controladora, e respectivamente do ágio e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas demonstrações contábeis, o valor do ágio, líquido da provisão, que, em essência, representa o benefício fiscal incorporado, foi classificado no balanço patrimonial nos ativos circulante e não circulante, com base na expectativa de realização do benefício fiscal.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Sociedade apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são como segue:

Ágio - incorporado	53.477
Provisão Constituída	(35.295)
Benefício fiscal	18.182
Amortização acumulada	(24.920)
Reversão acumulada	16.448
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>9.710</b>
Amortização	(3.889)
Reversão	2.305
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>8.126</b>
Ativo Não Circulante	8.126

#### 9 Fundos Vinculados

As Contas Reservas foram constituídas pela Itapebi Geração de Energia em favor do BNDES nos termos do inciso II da Cláusula Sétima do Contrato de Financiamento e do Contrato de Administração de Contas, celebrado em 17 de maio de 2007.

A Conta Reserva do Financiamento Direto e a Conta Reserva do Repasse asseguram o pontual e integral pagamento de quaisquer obrigações decorrentes destes contratos de financiamento e deverão manter saldos equivalentes a, no mínimo, o Serviço da Dívida para os 8 meses seguintes durante todo o prazo de amortização. São aplicações com liquidez imediata, e sem vencimento pré-determinado.

Com a quitação do empréstimo junto ao BNDES (ver nota explicativa 15), não houve mais a necessidade de manutenção da conta reserva, sendo assim, o saldo foi totalmente resgatado em julho de 2011.

#### 10 Impostos e Contribuições Sociais Diferidos

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculo.

Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	31/12/11		31/12/10	
	Base de Cálculo	Tributo Diferido	Base de Cálculo	Tributo Diferido
<b>Imposto de Renda</b>				
Diferenças Temporárias	21.259	5.315	28.465	7.116
<b>Contribuição Social</b>				
Diferenças Temporárias	20.718	1.864	28.465	2.562
<b>Total</b>	<b>20.718</b>	<b>7.179</b>	<b>28.465</b>	<b>9.678</b>

	31/12/11		31/12/10	
	Base de Cálculo	Tributo Diferido	Base de Cálculo	Tributo Diferido
<b>Imposto de Renda</b>				
Diferenças Temporárias	19.788	4.947	27.792	6.948
<b>Contribuição Social</b>				
Diferenças Temporárias	19.788	1.781	27.792	2.501
<b>Total</b>	<b>19.788</b>	<b>6.728</b>	<b>27.792</b>	<b>9.449</b>

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	31/12/11		31/12/10	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Ativo				
Provisão PLR	1.351	1.351	1.059	1.059
Depreciação indedutível (provisão para contingências ambientais)	5.021	5.021	4.759	4.759
Ajustes RTT	-	-	-	-
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial	11.796	11.796	12.944	12.944
Outros	3.091	2.550	9.703	9.703
<b>Total Ativo</b>	<b>21.259</b>	<b>20.718</b>	<b>28.465</b>	<b>28.465</b>
Passivo				
Ajustes RTT	-	-	-	-
Ajuste da quota anual de amortização	18.058	18.058	25.985	25.985
Ativos e passivos regulatórios	1.730	1.730	-	-
Outros	-	-	1.807	1.807
<b>Total Passivo</b>	<b>19.788</b>	<b>19.788</b>	<b>27.792</b>	<b>27.792</b>

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não imediatas, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação tributária entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Ref.	31/12/11		31/12/10	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	173.514	173.514	167.126	167.126
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(1.584)	(1.584)	(1.780)	(1.780)
Ajustes decorrentes do RTT	(3.670)	(3.670)	(2.627)	(2.627)
Juros sobre capital próprio	(20.165)	(20.165)	(15.219)	(15.219)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	148.095	148.095	147.500	147.500
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	37.024	13.329	36.875	13.275
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e Doações	1	-	1	-
Multas Indedutíveis	2	-	34	-
Outras Adições	1.175	485	2.766	915
<b>Subtotal Adições</b>	<b>1.178</b>	<b>486</b>	<b>2.801</b>	<b>927</b>
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(768)	(277)	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	(28.131)	-	(27.187)	(308)
Incentivos Audiovisuais/Rouanet e PAT	(504)	-	(444)	-
Outras Exclusões	(319)	(106)	(1.171)	(329)
<b>Subtotal Exclusões</b>	<b>(29.722)</b>	<b>(383)</b>	<b>(29.658)</b>	<b>(637)</b>
Imposto de renda e contribuição social no período	8.480	13.432	10.018	13.565
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social gerado	712	304	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	9.192	13.736	10.018	13.565

(a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

#### 11 Depósitos Judiciais

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei:

	31/12/11	31/12/10
Trabalhistas	1.322	681
Cíveis	1.211	1.146
<b>Total</b>	<b>2.533</b>	<b>1.827</b>

Constata-se na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a Companhia não efetuou qualquer provisão para contingências, por entender que não é provável que essas demandas gerem saída de recursos futuros da Companhia.

#### 12 Imobilizado

	31/12/11		31/12/10	
	Taxas Anuais Médias Ponderadas de Depreciação (%)	Custo	Depreciação Amortizada Acumulada	Valor Líquido
<b>Em serviço</b>				
Terras	-	9.876	-	9.876
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3,00%	271.009	(52.175)	218.834
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	4,00%	210.618	(75.000)	135.618
Máquinas e Equipamentos	4,68%	113.239	(27.031)	86.208
Veículos	20,00%	963	(527)	436
Móveis e Utensílios	9,42%	648	(307)	341
Outros	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>		<b>606.353</b>	<b>(155.040)</b>	<b>451.313</b>
<b>Em curso</b>				
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	6.064
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	247	-	-	247
Máquinas e Equipamentos	746	-	-	746
Veículos	-	-	-	202
Móveis e Utensílios	-	-	-	168
Outros	-	-	-	15
<b>Subtotal</b>		<b>993</b>	<b>-</b>	<b>6.454</b>
<b>Total</b>		<b>607.346</b>	<b>(155.040)</b>	<b>452.306</b>

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em Serviço		Em Curso		Total
	Custo	Depreciação Acumulada	Custo	Valor Líquido	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>605.914</b>	<b>(136.497)</b>	<b>469.417</b>	<b>6.454</b>	<b>475.871</b>
Adições/Baixas	-	-	(5.022)	(5.022)	(5.022)
Amortizações	-	(18.543)	(18.543)	-	(18.543)
Transferências	439	-	439	(439)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>606.353</b>	<b>(155.040)</b>	<b>451.313</b>	<b>993</b>	<b>452.306</b>

#### 16 Debêntures e Encargos

Empresa	Debêntures	Série	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração	Taxa Eletiva	31/12/11			31/12/10	
						Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
ITAPEBI	1ª Emissão	1ª	8.750	IGP-M + 9,5%	IGP-M + 9,5%	-	-	-	-	55.446
	<b>Subtotal - 1ª Emissão</b>					-	-	-	-	<b>55.446</b>
	2ª Emissão	2ª	8.750	IGP-M + 9,5%	IGP-M + 9,5%	-	-	-	-	52.580
	(-) Custos de transação					-	-	-	-	(271)
	<b>Subtotal - 2ª Emissão</b>					-	-	-	-	<b>52.309</b>
	3ª Emissão	3ª	20.000	111% CDI a.a.	111% CDI	4.619	-	200.000	204.619	-
	(-) Custos de transação					-	(157)	(520)	(677)	-
	<b>Subtotal - 3ª Emissão</b>					<b>4.619</b>	<b>(157)</b>	<b>199.480</b>	<b>203.942</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>Total</b>					<b>4.</b>				



#### Continuação

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	31/12/11	31/12/10
<b>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido</b>		
Ações ordinárias	105.000	105.000
<b>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</b>		
Lucro líquido do exercício	149.002	141.763
Incentivo fiscal SUDENE	(28.131)	(27.187)
Base de cálculo do dividendo	120.871	114.576
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>30.218</b>	<b>28.644</b>
<b>Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:</b>		
Dividendos intermediários	13.574	42.619
Juros sobre capital próprio	20.165	15.219
Dividendos propostos	87.132	56.738
<b>Total bruto</b>	<b>120.871</b>	<b>114.576</b>
<b>Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15% (*)</b>	<b>(1.382)</b>	<b>(1.324)</b>
(*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre à incidência de imposto de renda.		
A formação dos saldos é como segue:		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>		<b>20.690</b>
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados		89.643
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		(1.382)
Pagos no período		(104.225)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>		<b>4.726</b>

#### Provisões Passivas

As provisões constituídas para contingências passivas, líquidas dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	Contingências			Total
	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>				<b>19.562</b>
Constituição	2.051	150	2.201	
Baixas/reversão	(366)	-	(9.213)	(9.579)
Remuneração	264	64	281	609
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.949</b>	<b>214</b>	<b>10.630</b>	<b>12.793</b>

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

#### Licença Ambiental

A administração da Companhia firmou, em 21 de novembro de 2002, acordo com o autor da ação popular, impetrada em setembro de 2002, e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, visando definir a compensação adicional de impacto socioambientais decorrentes da implantação do empreendimento denominado Usina Hidroelétrica de Itapebi. As deliberações contidas no acordo compreendem, dentre outras: elaboração de estudos, regularização fundiária das unidades, elaboração de plano de manejo e proteção. Esse acordo foi valorizado em R\$ 8.042 e provisionado no balanço de 31 de dezembro de 2002. Como condicionante da licença de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, a Companhia desenvolveu novos projetos definindo medidas ambientais compensatórias da exploração do potencial hidrelétrico relacionadas à aquisição de terras, assessoria ambiental, assessoria jurídica, administração do meio ambiente, incluindo consolidação, monitoramento e proteção ambiental. O custo orçado destes projetos foi estimado em R\$ 12.868 e encontra-se registrado contabilmente.

Contingência Ambiental	Ref.	Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
					31/12/11	31/12/10
Licença Ambiental		10.630	1ª, 2ª e 3ª	Provável	10.630	19.562
<b>Total</b>		<b>10.630</b>			<b>10.630</b>	<b>19.562</b>

#### Amortização do ágio de PMIPL

Em 29 de dezembro de 2011 a Itapebi recebeu auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio contabilizada no período de 2006 a 2010 nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A Companhia apresentará impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos.

#### Contingências Fiscais

Contingência fiscal	Ref.	Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
					31/12/11	31/12/10
IRPJ CSLL	(a)	34.072	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
IRPJ CSLL - ÁGIO	(b)	26.963	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
IRRF	(c)	6.201	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS	(d)	26.893	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
<b>Total</b>		<b>94.129</b>			-	-

(a) Contingências Fiscais decorrentes de compensações (PERDCOMP) não homologadas no valor de R\$ 29.274 e imposto sobre excesso de JSCP acessório de outros encargos, do ano calendário de 2004 no valor de R\$ 4.798.

(b) Em 29 de dezembro de 2011 a Itapebi recebeu auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio contabilizada no período de 2006 a 2010 nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A Companhia apresentará impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos.

(c) Encargos moratórios sobre IRRF não retido sobre JSCP pago a Neoenergia (2007 a 2010).

(d) Contingências Fiscais decorrentes de compensações (PERDCOMP) não homologadas no valor de R\$ 26.893.

#### Patrimônio Líquido

Capital social  
O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 105.000. A composição do capital social realizado por classe de ações e principais acionistas em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é a seguinte:

Acionistas	R\$ Mil	Ações Ordinárias (Lote de Mil Ações)		%
		Única		
Neoenergia S.A.	44.100	44.100		42,00
Iberdrola S.A.	23.730	23.730		22,60
Banco do Brasil - Banco de Investimentos	19.950	19.950		19,00
Fundo Mútuo - BB Carteira Livre I	17.220	17.220		16,40
<b>Total</b>	<b>105.000</b>	<b>105.000</b>		<b>100,00</b>

#### Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na região Nordeste e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação de sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º do Decreto nº 3.000/99.

Por conta disso, a Companhia formalizou pleito à antiga SUDENE e obteve o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais em 75% através do Laudo Constitutivo nº 0307/2003 ADENE, emitido em 31 de outubro de 2003.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o valor de R\$ 28.131 (R\$ 27.187 em 2010) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no lucro da exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real. O prazo de redução é de 10 anos contados desde o ano calendário de 2003.

Em atendimento à Lei 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

#### Reserva Especial de Ágio

Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da sociedade, que gerou o reconhecimento do crédito fiscal diretamente no patrimônio. (vide nota explicativa nº 8).

#### Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A reserva legal da Companhia já atingiu ao limite do capital social, razão pela qual não é mais constituída.

#### Receita Bruta

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Fornecimento de energia	(a)	368.823	299.749
Receita de operação e manutenção		368.823	299.749
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		5.495	3.540
Outras receitas		-	4
<b>Total</b>		<b>374.318</b>	<b>303.293</b>

(a) Fornecimento de energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica é a seguinte:

Consumidores:	Nº de Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Suprimento	2	1	2.538.961	2.275.138	368.823	299.749
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2.538.961</b>	<b>2.275.138</b>	<b>368.823</b>	<b>299.749</b>

#### Deduções da Receita Bruta

	31/12/11	31/12/10
<b>IMPOSTOS:</b>		
PIS	(3.141)	(2.171)
COFINS	(14.486)	(10.017)
<b>ENCARGOS SETORIAIS:</b>		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(3.533)	(2.880)
<b>Total</b>	<b>(21.160)</b>	<b>(15.068)</b>

#### Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/12/11		31/12/10	
	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	(2.370)	(6.337)	(10.707)	(6.638)
Administradores	-	(121)	(121)	(255)
Entidade de previdência privada	(144)	(318)	(462)	(239)
Material	(387)	(125)	(512)	(319)
Serviços de terceiros	(4.782)	(3.805)	(8.587)	(6.291)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE	(864)	-	(864)	(821)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(6.291)	-	(6.291)	(4.583)
Energia elétrica comprada para revenda	(76.169)	-	(76.169)	(28.138)
Encargos de uso do sistema transmissão	(30.713)	-	(30.713)	(29.847)
Depreciação e amortização	(17.053)	(1.583)	(18.636)	(18.599)
Arendamentos e aluguéis	(27)	(1.613)	(1.640)	(579)
Tributos	(43)	(220)	(263)	(123)
Provisões Líquidas - PCLD	(690)	(2.201)	(2.891)	(2.486)
Outros	(674)	(1.364)	(2.038)	(1.364)
<b>Total</b>	<b>(139.533)</b>	<b>(18.997)</b>	<b>(158.530)</b>	<b>(98.819)</b>

	31/12/11		31/12/10	
	Ativo	Passivo	Resultado	Resultado
Neoenergia S.A.	-	-	-	2.854
Adiantamento - AFAC	-	-	-	6.392
Contrato de Mútuo	-	-	-	2
Juros sobre capital próprio	-	2.117	-	-
Prestação de serviço	-	-	(810)	-
Reembolso de despesa	-	86	-	-
<b>Total</b>	<b>2.183</b>	<b>(810)</b>	<b>9.248</b>	<b>-</b>
Iberdrola Energia S.A.	-	-	-	1.536
Dividendos	-	968	-	2.493
Juros sobre capital próprio	-	968	-	4.029
521 Participações S.A.	-	-	-	1.114
Dividendos	-	-	-	1.511
Juros sobre capital próprio	-	-	-	2.625
Previ	-	814	-	-
Juros sobre capital próprio	-	814	-	-
Funcionários do Banco do Brasil - Banco do Brasil Investimentos S.A.	-	-	-	1.291
Dividendos	-	827	-	3.499
Juros sobre capital próprio	-	827	-	4.790
Coelba	-	-	-	(238)
Energia comprada	26.854	-	306.690	283.322
Energia fornecida	-	-	(159)	(119)
Prestação de serviço	-	23	-	-
Reembolso de despesa	-	23	-	-
<b>Total</b>	<b>26.854</b>	<b>23</b>	<b>306.531</b>	<b>283.065</b>
Termopernambuco	-	-	-	1.181
Reembolso de despesa	1.181	-	-	-
Geração Cill	-	-	-	1.951
Reembolso de despesa	1.951	-	-	-
NC Energia	-	-	737	(66.869)
Energia comprada	-	-	-	-
Energia fornecida	1.238	412	1.238	295
Reembolso de despesa	5.209	-	3.340	295
<b>Total</b>	<b>1.238</b>	<b>1.149</b>	<b>(66.869)</b>	<b>1.238</b>
Neoenergia Serviços	-	-	-	88
Reembolso de despesa	88	-	-	-
Bagiari I	-	-	-	1.932
Reembolso de despesa	1.932	-	-	-
Bahia PCH I	-	-	-	1.305
Reembolso de despesa	1.288	-	-	-
Bahia PCH II	-	-	-	503
Reembolso de despesa	520	-	-	-
Rio PCH I	-	-	-	503
Reembolso de despesa	1.298	-	-	-
GoIás Sul	-	-	-	2.127
Reembolso de despesa	2.127	-	-	-
Geração Cél Azul	-	-	-	2.127
Reembolso de despesa	5.209	-	-	-
PCH Alto do Rio Grande	-	-	-	495
Reembolso de despesa	495	-	-	-
Afluente Geração	-	-	2	4
Outras	52	2	4	50
Afluente Transmissão	-	-	1.309	(893)
Prestação de serviço	-	1.922	-	524
Reembolso de despesa	-	5	(52)	7
Uso da Rede	-	-	3.236	(945)
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>50</b>

#### Saldos e Transações com partes Relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza de Operação	31/12/11			31/12/10		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Neoenergia S.A.		Adiantamento - AFAC	-	-	-	2.854	-	-
		Contrato de Mútuo	-	-	-	6.392	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	2.117	-	-	-	-
		Prestação de serviço	-	-	(810)	-	-	-
		Reembolso de despesa	-	86	-	-	-	-
		<b>Total</b>	<b>2.183</b>	<b>(810)</b>	<b>9.248</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Iberdrola Energia S.A.		Dividendos	-	-	-	-	1.536	-
		Juros sobre capital próprio	-	968	-	-	2.493	-
		<b>Total</b>	<b>968</b>	<b>-</b>	<b>4.029</b>	<b>-</b>	<b>1.114</b>	<b>-</b>
521 Participações S.A.		Dividendos	-	-	-	-	1.511	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	2.625	-
		<b>Total</b>	<b>814</b>	<b>-</b>	<b>814</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Previ		Juros sobre capital próprio	-	814	-	-	-	-
		<b>Total</b>	<b>814</b>	<b>-</b>	<b>814</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Funcionários do Banco do Brasil - Banco do Brasil Investimentos S.A.		Dividendos	-	-	-	-	1.291	-
		Juros sobre capital próprio	-	827	-	-	3.499	-
		<b>Total</b>	<b>827</b>	<b>-</b>	<b>4.790</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Coelba		Energia comprada	26.854	-	306.690	-	-	283.322
		Energia fornecida	-	-	(159)	-	-	(119)
		Prestação de serviço	-	23	-	-	-	-
		Reembolso de despesa	-	23	-	-	-	-
		<b>Total</b>	<b>26.854</b>	<b>23</b>	<b>306.531</b>			